

ADUNIOESTE
SINDICATO DOCENTE DA UNIOESTE
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)
www.adunioeste.org.br

IMPrensa PAULISTA REPERCUTE A POLÊMICA CONTRA O DECRETO 848/2007 QUE RESTRINGIA AINDA MAIS A AUTONOMIA DAS UNIVERSIDADES PARANAENSES

O Jornal Folha de São Paulo deu destaque a tentativa do governador Requião em ampliar, ainda mais, o controle sobre as universidades paranaenses. Transcrevemos abaixo a matéria veiculada pelo referido jornal no último dia 02 de junho (sábado).

DECRETO DO GOVERNO DO PARANÁ GERA ATRITO COM UNIVERSIDADES

FONTE: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0206200702.htm> (2/6/2007)

Determinação do governador Roberto Requião (PMDB) proibiu gastos com afastamentos para estudo ou trabalho

*Após reação de acadêmicos, o governo informou que a inclusão das instituições de ensino superior no texto foi um erro e que irá corrigi-lo por **MARI TORTATO**, da agência FOLHA, em Curitiba*

Decreto do governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), abriu polêmica com professores das sete universidades estaduais do Estado, que viram uma tentativa de reduzir a autonomia das instituições.

Sob a justificativa de contenção de despesas, o decreto 848, publicado no dia 21, proibiu o afastamento de servidores -inclusive professores- para estudos ou trabalhos fora do país, mesmo com recursos próprios. Também vetou o afastamento de servidores para estudos no país, se houver custo.

Ontem, após reação dos acadêmicos, o governo do Paraná informou, por meio da assessoria de imprensa, que a inclusão das universidades no decreto foi um "lapso" e que um novo texto corrigirá o erro.

No início da semana, o secretário da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) no Estado e professor da UEM (Universidade Estadual de Maringá), Marcos Cesar Neves, divulgou carta aberta contra o decreto de Requião. "O objetivo desse decreto é inibir o deslocamento de professores e pesquisadores, destruindo a produção científica e cultural das universidades públicas", disse Neves na carta.

Neves disse não acreditar que o governo tenha incluído as universidades no decreto por erro. Afirmou que o recuo ocorreu pela pressão feita pela comunidade acadêmica.

"Sabemos que aos poucos estamos perdendo a autonomia", disse a presidente do Sindicato dos Professores de Londrina e professora da UEL (Universidade Estadual de Londrina), Inês Almeida. Segundo ela, que falou à Folha antes do recuo do governo, o decreto "atropela" o artigo 207 da Constituição, que garante independência às instituições de ensino superior.

As instituições de ensino superior no Estado, vinculadas à Secretaria de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, são formadas por cerca de 5.950 professores e 72.250 alunos